

O COMPROMISSO DO IFPR COM O ENSINO PROFISSIONAL TECNOLÓGICO NO ESTADO DO PARANÁ

The compromise of IFPR with the Teaching Profile Technology in the State of Paraná.

Lo IFPR d'engagement à l'éducation professionnelle technologique dans l'État de Paraná

Gabriel Mathias Carneiro Leão¹

Mirele Carolina Werneque Jacomel²

Vanessa dos Santos Tavares³

Abstract: The main discussion enrolled in this paper is to point out the institutional profile and teaching at the Federal Institute of Paraná – IFPR and discuss its politics for teaching, research and extension. In parallel, the major indexes of technical and academic works have increased the institution and prepared the access for future proposed of Professional Master. Is shown, with the data collected, the CAPES has invented in Federal Network Technology, the context in wich the search IFPR deploy your Program of Post-Graduate studies to contribute to the professional quality of brazilian and paranaense society.

Key words: IFPR, Teaching, Research, Post-Graduate, Professional Master.

Resumo: O objetivo das discussões arroladas neste texto é o de apontar o perfil institucional e docente do Instituto Federal do Paraná - IFPR, bem como discutir suas políticas de ensino, pesquisa e extensão. Paralelamente, são apresentados os principais índices de produção técnica e acadêmica que têm alavancado a instituição e preparado terreno para a futura proposta de Mestrado Profissional. Evidencia-se, com os dados levantados, que a CAPES tem investido na Rede Federal Tecnológica, contexto no qual o IFPR busca implantar seu Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* para contribuir com a qualidade profissional da sociedade paranaense e brasileira.

Palavras-chave: IFPR, Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Mestrado Profissional.

Résumé: L'objectif de ces discussions inscrits dans le présent document est de souligner le profil institutionnel et chargé de cours à l'Institut fédéral de Paraná – IFPR, ainsi que de discuter leurs politiques sur l'éducation, la recherche et la extension. En parallèle, les principaux indices des œuvres universitaires et techniques ont permis de mobiliser l'institution et préparé le terrain pour l'avenir proposé Master professionnel sont présentés. Est représenté, avec les données recueillies, le CAPES a investi dans la technologie fédérale des réseaux, le contexte dans lequel la recherche IFPR déployer ses études post-universitaires à contribuer à la qualité professionnelle du Paraná et de la société brésilienne.

Mots-clés: IFPR, enseignement, recherche, études supérieures, Master professionnelle.

¹Doutorando em Biologia Celular e Molecular na UFPR. Professor do Instituto Federal do Paraná e Coordenador de Ensino Médio e Técnico desta mesma instituição. E-mail: gabriel.leão@ifpr.edu.br

²Doutorado em Letras pela Universidade Estadual de Londrina. Professora do Instituto Federal do Paraná onde também exerce a função de diretora de Ensino Superior e Pós-Graduação. E-mail: mirele.jacomel@ifpr.edu.br

³ Mestranda em Educação na PUC-PR. E-mail: vanessa.tavares@ifpr.edu.br

Introdução

A finalidade primeira de uma instituição pública de ensino é, inquestionavelmente, alcançar êxito no processo de ensino e aprendizagem. Parte considerável das tarefas a que se incumbem os profissionais da Educação circunscreve um universo de diferentes práticas de ensino e aprendizagens, diante do qual equipes se organizam para propor, desenvolver, avaliar ou executar ações. Cotidianamente, o exercício dos profissionais da Educação, sejam professores ou técnicos administrativos em educação, dirigentes ou não, consiste em cumprir os objetivos de uma Instituição de ensino, na tentativa de planejar e promover melhores políticas para a Educação.

O enfrentamento de dificuldades e entraves nas Instituições públicas de ensino é comum, principalmente porque os processos não são independentes e autônomos. São ações contíguas dos órgãos deliberativos e, nesta medida, respeitam-se os caminhos e as hierarquias que compõem o sistema educacional. Em outras palavras, as redes públicas municipais, estaduais e federais muitas vezes não conseguem acompanhar os avanços sociais e tecnológicos em função da departamentalização e setorização das ações voltadas ao ensino.

Os Institutos Federais de Educação, apesar de serem recentes e menos arraigados de processos tradicionais, não estão longe de tal contexto. Após a promulgação da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação (IFEs) foram criados e encontram-se em expressiva expansão. Grande parte dos IFEs configurava-se como Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica – CEFET, Escola Técnica ou Escola Agrotécnica. E, nesse âmbito, os IFEs são instituições que enfrentam dificuldades na construção e aplicação de uma nova concepção de educação, pois comportam sujeitos que, durante muitas décadas, operaram seu trabalho por meio de uma visão mercadológica, em que a escola prepara o indivíduo para o visado “mercado de trabalho”.

Torna-se, portanto, um grande desafio a construção de uma identidade institucional e um currículo escolar que contemplem o desenvolvimento de atividades educativas, e que integrem a educação profissional e tecnológica com o mundo do trabalho, incluindo, também, conhecimentos sociais e filosóficos. Vasconcellos (2013) discute questões dessa natureza, por exemplo. O estudioso ressalta que os resultados das avaliações no âmbito da educação mostram dados preocupantes, principalmente no que concerne à qualidade do ensino no país. Os baixos índices endossam a ideia de que o sistema educacional se alimenta unicamente de números, com a finalidade de obter os recursos destinados à educação. A qualidade, diante desse cenário, ficaria ao

rés dos gráficos e tabelas demonstrativos dos índices de aprovação e de egressos que a Educação Básica e o Ensino Superior são capazes de “colocar no mercado de trabalho”. Numa análise socioeconômica dessa seara, compreende-se por que viés a escola tem sido colocada a serviço do capitalismo. Newton Duarte, em seu livro *Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões? polémicas do nosso tempo* (2003), afirma que na chamada “sociedade do conhecimento”, as críticas radicais ao capitalismo são enfraquecidas pela preocupação com outras questões mais “atuais”, como o respeito às diversidades, garantia dos direitos dos cidadãos, ética na política, entre outras frentes. Para o estudioso, inúmeros fatores contribuem para isso, destacando-se o rápido acesso ao conhecimento democratizado a partir dos novos meios de comunicação. Ora, não foi para desprestigiar a democratização do conhecimento que Duarte abre caminho para tais discussões, mas para nos fazer compreender que a rapidez com que temos contato com os saberes formais e informais produz uma camada fina e delicada no sujeito, causando, na verdade, uma inconsistência teórica e metodológica acerca do aprendizado. Cumpre lembrar neste momento do clássico aparato teórico de Adolfo Sánchez Vázquez, em sua *Filosofia da Práxis*, que nos proporciona uma boa reflexão sobre as superficialidades que perpassam o trabalho na Educação:

Pero el intento de satisfacer las aspiraciones 'prácticas' del hombre común y corriente adopta también otra forma alimentada desde el poder y encaminada a destruir el más leve despertar de una clara conciencia política manteniendo al hombre común y corriente en el más absoluto apoliticismo. La despolitización crea así un inmenso vacío en las conciencias que sólo puede ser útil a la clase dominante al llenarlo con actos, prejuicios, hábitos, lugares comunes y preocupaciones que, en definitiva, contribuyen a mantener el orden social vigente (2003, p. 35).

O papel das instituições de ensino – a saber, as de Educação básica e Ensino superior – é o de politizar o sujeito, proporcionar a ele o aprimoramento dos saberes que circulam nas sociedades, nas culturas. Aliado a isso, é necessário, ainda, que o Governo Federal se preocupe mais com a qualidade do ensino e menos com os indicativos quantitativos.

Não se pode negar que, apesar das incontáveis críticas sobre o atual governo brasileiro, que se estendem ao Partido dos Trabalhadores, há muito tempo não se investe tanto em Educação como se tem investido nesta última década. Em 2012, foram 48 milhões destinados à Educação. Neste ano, o Ministério da Educação já executou 25 milhões e, no final de 2013, a meta era investir um total de 93 milhões. Nota-se, além disso, a crescente expansão da Rede Federal de Educação Profissional, que busca incursão pelas camadas menos favorecidas, proporcionando educação de qualidade para esses grupos. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, integra o universo

acima descrito. Dela fazem parte os 38 Institutos Federais distribuídos pelo país, com 354 unidades e atendendo cerca de 400 mil estudantes.

A Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seus artigos iniciais, já é possível analisar a dimensão do campo de atuação dos Institutos Federais: “Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008).

De forma mais detalhada, o Artigo 7º especifica a área de atuação e traz a noção da grande responsabilidade com a sociedade:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

[...]

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

A possibilidade da oferta diversificada de cursos, que vai desde a formação inicial e continuada e de técnicos de nível médio (e suas diferentes formas de oferta: integrado, concomitante e subsequente) à oferta de cursos superiores e de Pós-Graduação, abre um grande campo de atuação para os Institutos Federais.

Ao mesmo tempo em que essa abrangência é um grande diferencial dos Institutos Federais, traz o compromisso com a formação do estudante ingresso e com a microrregião em que o Câmpus está inserido. Pela primeira vez na história da educação brasileira, há a possibilidade de promover, gratuitamente – e na mesma instituição – a integração e a

verticalização da educação básica à educação profissional e superior: “Art. 6º Institutos Federais têm por finalidades e características: III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão” (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, é também interessante analisar a Resolução N° 6, de 20 de setembro de 2012, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica, que Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Em seu Artigo 3º, a Resolução prevê a organização dos cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio de forma a possibilitar os chamados itinerários formativos:

§ 2º Os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, observadas as normas do respectivo sistema de ensino para a modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

§ 3º Entende-se por itinerário formativo o conjunto das etapas que compõem a organização da oferta da Educação Profissional pela instituição de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito de um determinado eixo tecnológico, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente certificadas por instituições educacionais legalizadas.

Os cursos de formação inicial e continuada são cursos rápidos, geralmente com 160 horas de duração, que visam a fornecer a rápida inserção profissional do estudante, melhorando sua condição de sobrevivência no mundo do trabalho. Além do aspecto da capacitação profissional, os cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC possibilitam o retorno do estudante à sala de aula, estimulando a sequência de sua formação. Atraído pelo ambiente escolar e pelas possibilidades que se apresentam, a escola deve possibilitar a permanência do estudante e fornecer subsídios para que ele prossiga sua trajetória acadêmica.

A organização dos itinerários formativos nos Câmpus possibilita que o estudante ingresse através de um curso de formação inicial e continuada, conclua o Ensino Médio Integrado a um curso técnico e prossiga com sua formação através de cursos de Graduação e Pós-Graduação.

A ampla abrangência em relação às formas de oferta e níveis de ensino, além das possibilidades de construção dos itinerários formativos, exige ampla discussão da organização pedagógica e administrativa nos Câmpus dos Institutos Federais.

Os cursos a serem ofertados pelos Câmpus e, conseqüentemente, os itinerários formativos, devem ser organizados de acordo com as demandas regionais, em atendimento às

demandas socioeconômicas e ambientais dos sejeitos e do mundo do trabalho, e dos arranjos produtivos locais, conforme o Art. 18 da Resolução N° 6, de 20 de setembro de 2012:

São critérios para o planejamento e a organização de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

I - atendimento às demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho, em termos de compromisso ético para com os estudantes e a sociedade;

II - conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino, em termos de reais condições de viabilização da proposta pedagógica possibilidade de organização curricular segundo itinerários formativos, de acordo com os correspondentes eixos tecnológicos, em função da estrutura sócio-cupacional e tecnológica consonantes com políticas públicas indutoras e arranjos socioprodutivos e culturais locais;

A organização de itinerários formativos permite que um Câmpus centralize suas ações para determinados cursos, dentro de um Eixo Tecnológico. Como exemplo, é possível traçar o itinerário para um determinado estudante, interessado em um curso do Eixo Tecnológico de Controle e Processos Industriais. Conforme o Guia Pronatec de Cursos FIC, ou a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), o estudante ingressa na instituição no curso de Torneiro Mecânico, um curso de Formação Inicial e Continuada, com 160 horas de duração. Na sequência, o estudante tem a possibilidade de prosseguir em seus estudos ingressando, através de processo seletivo público, no curso Técnico em Eletromecânica, um curso Técnico de Nível Médio (Integrado, Concomitante ou Subsequente, dependendo da escolaridade do estudante), descrito no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. A seguir, pode ingressar em um curso de Graduação em Engenharia Mecânica, prosseguindo com a Pós-Graduação (Especialização, Mestrado e Doutorado). Os investimentos em laboratórios, acervo bibliográfico, servidores, infraestrutura, atenderão a todos os cursos dentro desse itinerário formativo. Embora seja um exemplo, muitos Câmpus do IFPR estão se organizando nesse sentido, e esse itinerário pode se tornar realidade em um futuro próximo.

De acordo com os Eixos Tecnológicos de interesse, os investimentos focalizados garantem a qualidade dos cursos e possibilidades de atuação para os docentes. Para um Câmpus em fase de consolidação, a oferta de poucos eixos garante a centralização na contratação de servidores e a otimização dos investimentos em material bibliográfico, equipamentos e laboratórios. Maiores investimentos devem ser acompanhados de maior qualidade no ensino e orientação para a trajetória educacional do estudante.

Com relação à oferta dos cursos, conforme citado no Art. 7º da Lei de criação, o foco prioritário dos Institutos Federais deve ser a oferta de cursos Técnicos de Nível Médio, na forma de oferta integrada.

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

Espera-se, assim, que o incentivo aos cursos técnicos de nível médio, na forma integrada, gere um demanda natural por cursos superiores.

Os diversos Câmpus do IFPR trazem a possibilidade ao estudante de cursar, gratuitamente, um curso superior na região onde residem. Geralmente, os cursos de Graduação não estão próximos aos estudantes, e os custos com deslocamento ou residência inviabilizam o acesso e a permanência.

Nos Câmpus do interior do Estado do Paraná, é possível que já exista uma demanda reprimida por cursos de Graduação. Alguns números referentes ao processo seletivo do IFPR confirmam essa possibilidade. Em todo o Paraná, mais de 3.000 candidatos efetivaram sua inscrição para o vestibular, concorrendo a mais de 800 vagas nos cursos superiores de Bacharelado, Tecnologia ou Licenciatura do IFPR. No primeiro semestre de 2014, foram ofertadas 210 vagas destinadas ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu)⁴, mais de 5.000 candidatos realizaram inscrições de interesse nos diversos cursos superiores do IFPR. Os Câmpus que ofertaram cursos de Graduação pela primeira vez apresentaram uma elevação significativa nas inscrições para o processo seletivo.

Com a verticalização do ensino, de acordo com os eixos tecnológicos de especialidade do Câmpus, é possível prever que essa demanda será transmitida, futuramente, aos cursos de Pós-Graduação.

A organização dos itinerários formativos e o foco no Ensino Médio integrado podem ser vistos como formas eficientes de combate à evasão. Espera-se que, nos próximos anos, o número de estudantes evadidos seja muito inferior aos anos de implantação do IFPR, quando o foco estava nos cursos subsequentes e os Câmpus abriam cursos sem a preocupação com os itinerários formativos.

4 O Sistema de Seleção Unificada (Sisu), é um sistema informatizado que é gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. O Sisu tem por objetivo selecionar estudantes para ocupação de vagas em cursos superiores disponibilizadas nas instituições públicas de ensino.

Atualmente, o Instituto Federal do Paraná – IFPR, objeto principal deste diagnóstico, possui 14 câmpus⁵ em funcionamento e outros 6 câmpus⁶ em fase de implantação. Sua estrutura atende mais de 40 mil vagas ocupadas por estudantes do país todo, distribuídas em cursos presenciais e a distância, nas seguintes modalidades:

- 76 cursos técnicos presenciais;
- 10 cursos técnicos a distância;
- 26 cursos superiores presenciais;
- 1 curso superior a distância;
- 1 curso de Especialização *Lato sensu* presencial;
- 4 cursos de Especialização *Lato sensu* a distância;

Levando em consideração a responsabilidade social inserida no Art. 7º da Lei 11.892/2008 e a atual necessidade no cenário educacional brasileiro de maior formação docente, o IFPR tem ampliado a oferta das Licenciaturas. Ao todo o IFPR oferta 8 cursos de Licenciatura na modalidade presencial, além do Curso Superior de Formação Pedagógica ofertado na modalidade a distância aos docentes efetivos do IFPR.

Tabela 1: Cursos de Licenciatura por Câmpus

Curso de Licenciatura	Câmpus
Física	Foz do Iguaçu Paranaguá Telêmaco Borba
Química	Paranavaí Palmas
Ciências Sociais	Paranaguá
Artes Visuais Ciências Biológicas Educação Física Pedagogia Letras – Português Inglês	Palmas

2. Perfil Institucional, Qualificação Docente e Concepções do IFPR

5 Os câmpus em funcionamento são Assis Chateaubriand, Campo Largo, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba e Umuarama.

6 Os câmpus em fase de implantação são: Pinhais, Pitanga, União da Vitória, Jaguariaíva, Colombo e Capanema.

Localizada na capital do estado do Paraná, a Reitoria do IFPR organiza-se em Pró-Reitoria de Ensino (PROENS), Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI), Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN) e Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação. Trata-se de uma instituição de educação superior, básica e profissional, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Atualmente, o corpo docente do IFPR é constituído por 723 servidores efetivos e 36 temporários e substitutos; o corpo técnico administrativo educacional é composto por 325 servidores.

Um diagnóstico realizado acerca do perfil dos docentes em exercício no IFPR aponta informações que dizem respeito à boa estrutura por meio da qual esta instituição justifica a implantação de um nível mais avançado diante de sua atual escala educacional, qual seja, o Mestrado Profissional (MP). O IFPR distingue-se de outras instituições de Ensino Superior, Técnico e Tecnológico pelo maior compromisso com a formação de profissionais e a reorganização das estruturas sociais, sobretudo no que conferem às diferentes formas de inclusão. Conforme consta no Estatuto do IFPR, em seu Artigo 4º, o Instituto Federal do Paraná tem por finalidade “ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;” (IFPR, 2011). Por esse viés, torna-se parte do compromisso desta Instituição senão a verticalização do ensino, a promoção de discussões que problematizem a realidade socioeconômica e cultural, e que promova inovações para a superação dos problemas sociais.

No exame da infraestrutura vislumbrada nesta instituição, destacamos, para este diagnóstico, dois fatores extremamente relevantes para a futura implantação de cursos *Stricto sensu*. Primeiramente, cumpre avaliar a formação e titulação dos docentes em exercício, seus campos de pesquisa, suas produções. O segundo parâmetro estabelecido é a concentração de profissionais de uma mesma área em determinados Câmpus, o que justifica tanto o incentivo à formação continuada dos docentes do IFPR, como a organização de um Programa de Pós-Graduação com mais condições de oferecer cursos de Mestrado Profissional (MP).

2.1 Perfil docente no IFPR

O IFPR possui 723 docentes efetivos e em exercício, distribuídos em seus 14 Câmpus. A proporção de docentes por estudante corresponde a 15,7 alunos por docente, todavia, o objetivo

é atingir o número de 20 estudantes para cada professor, o que proporciona igualmente boas condições de trabalho para o servidor em sala de aula e demais ambientes didáticos, como laboratórios e bibliotecas. No caso de disciplinas em que há carga horária teórica e prática, ainda é necessário elevar o número de docentes, pois, nesse caso, as turmas deveriam ser divididas cada uma em dois grupos, pressupondo, assim, dois professores. Este seria o quadro ideal para disciplinas dessa natureza.

O ingresso para a carreira de servidor do IFPR é realizado por meio de concursos públicos, gerenciados pela PROGEPE e pelos setores de Recursos Humanos dos Câmpus. Conforme dados relativos à formação de professores do IFPR, foram realizados alguns levantamentos que demonstram o número de docentes e suas respectivas titulações. As informações são resultantes de coleta e cruzamento de dados do CNPq, na Plataforma Lattes. Estão, portanto, sujeitas às alterações e atualizações realizadas pelos docentes em seus currículos. Diante das análises, é possível perceber que o corpo docente é bem qualificado e preocupado com a formação continuada. Conforme informações contidas nos currículos cadastrados na Plataforma Lattes, maior parte dos docentes possui Mestrado e um número considerável de docentes está cursando Doutorado como estudantes regulares e não-regulares. No quadro abaixo, tem-se a apresentação dos docentes do IFPR com Especialização. A estimativa é a de que 75 % desse grupo esteja matriculado em cursos de Mestrado:

Tabela 2: Número e percentual de docentes Especialistas

Câmpus	Total de docentes	Total de docentes Especialistas	Percentual por câmpus
Assis Chateaubriand	24	5	20,8%
Campo Largo	23	3	13%
Cascavel	12	3	25%
Curitiba	157	29	18,4%
EAD	31	4	12,9%
Foz do Iguaçu	31	2	6,4%
Irati	25	4	16%
Ivaiporã	21	4	19%
Jacarezinho	30	5	16,6%
Londrina	42	6	14,2%
Palmas	87	17	19,5%
Paranaguá	56	3	5,3%
Paranavaí	20	3	15%
Telêmaco Borba	30	8	26,6%
Umuarama	35	12	34,2%

O demonstrativo acima é de que há maior concentração de servidores docentes com Especialização nos Câmpus Curitiba e Palmas. A proporção de docentes com Especialização nos Câmpus é maior em Cascavel, Telêmaco Borba e Umuarama. Conforme atualização dos currículos na Plataforma Lattes, até o segundo semestre de 2013, menor parte desses servidores está cursando Mestrado.

O corpo docente com o título de Mestrado é, de fato, proporcionalmente maior em relação às demais titulações. Considerando o IFPR uma instituição recente, verifica-se que maior parte dos docentes tem ingressado para o quadro de docentes com o título de Mestre ou com o curso já em andamento.

Tabela 3: Número e percentual de docentes Mestres

Câmpus	Total de docentes	Total de docentes Mestres	Percentual por câmpus
Assis Chateaubriand	24	16	66,6%
Campo Largo	23	12	52,1%
Cascavel	12	4	33,3%
Curitiba	157	81	51,5%
EAD	31	17	54,8%
Foz do Iguaçu	31	16	51,6%
Irati	25	17	68%
Ivaiporã	21	13	61,9%
Jacarezinho	30	16	53,3%
Londrina	42	24	57,1%
Palmas	87	50	57,4%
Paranaguá	56	30	53,5%
Paranavaí	20	11	55%
Telêmaco Borba	30	15	50%
Umuarama	35	16	45,7%

Conforme os números da Tabela 3, há maior concentração de servidores docentes com Mestrado nos Câmpus Curitiba e Palmas. A proporção de docentes com Mestrado nos Câmpus é maior em Assis Chateaubriand, Irati e Ivaiporã. Conforme informações dos currículos cadastrados na Plataforma Lattes, apenas 35% dos docentes com Mestrado está matriculado em Programas de Pós-Graduação, cursando Doutorado.

Em proporção menor, verifica-se que o corpo docente do IFPR possui um total de 112 Doutores, totalizando 17,2%. Conforme a Tabela abaixo, há concentração maior de servidores

docentes com Doutorado nos câmpus Curitiba e Paranaguá. A proporção de docentes por Câmpus é maior em Paranaguá, Paranavaí e Umuarama:

Tabela 4: Número e percentual de docentes Doutores

Câmpus	Total de docentes	Total de docentes Doutores	Percentual por câmpus
Assis Chateaubriand	24	0	0%
Campo Largo	23	4	17,3%
Cascavel	12	0	0%
Curitiba	157	32	20,3%
EAD	31	1	3,2%
Foz do Iguaçu	31	6	19,3%
Irati	25	2	8%
Ivaiporã	21	5	23,8%
Jacarezinho	30	3	10%
Londrina	42	7	16,6%
Palmas	87	14	16%
Paranaguá	56	19	33,9%
Paranavaí	20	7	35%
Telêmaco Borba	30	2	6,6%
Umuarama	35	10	28,5%

Com relação à Área de Conhecimento de formação dos docentes, verifica-se que as subáreas de Física e Agronomia possuem mais docentes com título de Doutorado. Em escala decrescente, no quadro abaixo apontamos as áreas em que há maior concentração de docentes do IFPR:

Tabela 5: Concentração de docentes por Área de Conhecimento

Curso/Área	Número de docentes com Doutorado	Percentual de docentes Doutores por área (base total: 112 Doutores – Tabela 4)
Física/Ciências Exatas e da Terra	13	11,6%
Agronomia/Ciências Agrárias	12	10,7%
Geociências/Ciências Exatas e da Terra	9	8%
Educação/Ciências Humanas	8	7,1%

Zoologia/Ciências Biológicas	6	5,3%
Engenharia Mecânica/Engenharias	4	3,5%
Engenharia Química/Engenharia	4	3,5%
Ciências Biológicas/Ciências Biológicas	3	2,6%
Ciências Sociais/Ciências Sociais Aplicadas	3	2,6%
Engenharia Elétrica e Informática Industrial/Ciências Exatas e da Terra	3	2,6%
Filosofia/Ciências Humanas	3	2,6%
Letras/Linguística, Letras e Artes	3	2,6%
Métodos Numéricos em Engenharia/Engenharias	3	2,6%
Química/Ciências Exatas e da Terra	3	2,6%
Sociologia/Ciências Humanas	3	2,6%

A produção científica dos servidores docentes do IFPR revela um importante quadro no conjunto de ações que esta instituição tem buscado promover. Atualmente, estão cadastrados 31 Grupos de Grupos de Pesquisas no Diretório do CNPq, distribuídos em 13 Câmpus do IFPR, conforme visualizamos no quadro abaixo:

Tabela 6: Grupos de Pesquisa no IFPR

Câmpus	Grupos de Pesquisa	Áreas do conhecimento
Assis Chateaubriand	1	Ciências Humanas
Campo Largo	1	Engenharias
Cascavel	0	
Curitiba	9	Ciências da Saúde Ciências Humanas Ciências Biológicas Ciências Exatas e da Terra Engenharias
EAD	1	Ciências Humanas
Foz do Iguaçu	2	Engenharias Ciências Agrárias
Irati	1	Ciências Humanas
Ivaiporã	2	Engenharias Ciências Agrárias
Jacarezinho	1	Ciências Humanas
Londrina	1	Ciências da Saúde
Palmas	5	Ciências Biológicas Ciências Sociais Aplicadas Ciências Humanas Ciências Exatas e da Terra Linguística, Letras e Artes
Paranaguá	3	Ciências Biológicas

		Ciências Sociais Aplicadas Ciências Exatas e da Terra
Paranavaí	1	Ciências Humanas
Telêmaco Borba	1	Engenharias
Umuarama	2	Ciências Sociais Aplicadas Linguística, Letras e Artes

As políticas de incentivo à pesquisa no IFPR tem alavancado as produções científicas envolvendo estudantes e professores, e, não raro, a comunidade externa. A Fundação Araucária (Paraná) e a CAPES representam as agências de fomento que mais têm contribuído para a elevação desses números. Outrossim, o IFPR, por meio da PROEPI, compromete-se com a expansão das atividades de pesquisa, além da extensão e inovação. Conforme os dados abaixo, pode-se verificar que uma instituição com pouco mais de cinco anos tem condições de emplacar no campo científico e tecnológico, visando, sobretudo, contribuir para a superação de problemas sociais e propor novas configurações para a sociedade. Ao todo, são 74 projetos de pesquisa, contemplados com bolsas ou auxílios, em desenvolvimento no IFPR:

Tabela 7: Projetos financiados

Câmpus	Projetos de pesquisa financiados
Assis Chateaubriand	0
Campo Largo	1
Cascavel	0
Curitiba	19
EAD	0
Foz do Iguaçu	5
Irati	3
Ivaiporã	3
Jacarezinho	8
Londrina	2
Palmas	11
Paranaguá	9
Paranavaí	7
Telêmaco Borba	1
Umuarama	5

Além dos projetos contemplados por bolsas ou auxílios, selecionados por meio de editais, outras pesquisas são realizadas com registro formal nos Comitês de Pesquisa (COPE) de cada

Câmpus. Em geral, são pesquisas resultantes dos cursos de Mestrado ou Doutorado em andamento ou recém-concluídos. Ao analisar as produções acadêmicas dos docentes em exercício no IFPR, nota-se que os resultados empíricos projetam a imagem do IFPR no campo da Ciência e Tecnologia. Conforme registros no CNPq, são 106 artigos publicados em Periódicos *Qualis* A1 e 106 artigos publicados em Periódicos *Qualis* B, considerando um último triênio. Desse modo, cabe ressaltar que o IFPR apresenta, no cenário atual, condições estáveis para o desenvolvimento de Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*.

3. Algumas considerações

O Mestrado Profissional, antes denominado Mestrado não-acadêmico, e, posteriormente, Mestrado Profissionalizante, vem sendo refletido desde o Parecer 977/65, quando o então Ministro da Educação e Cultura estabelece a Definição dos Cursos de Pós-Graduação. Contudo, apenas em 1998, por meio da Portaria N° 80 a CAPES dispõe sobre o reconhecimento dos Mestrados Profissionais.

De acordo com o Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020), até 2011 foram ofertados 356 cursos de Mestrado Profissional no país. A tendência crescente aponta que em 2014, o número de profissionais titulados passará de 15 mil, resultando na estimativa de crescimento de 35% em relação a 2011. Somam-se a esses indicadores as vertentes da Pós-Graduação no Brasil, cujos apontamentos configuram na expansão do sistema educacional, bem como a ampliação do foco na educação tecnológica e formação profissional, como estratégias integradoras de múltiplas ações formativas em cursos de diferentes níveis, que vão do ensino básico à Pós-Graduação (PNPG – 2011-2020).

O principal desafio do IFPR, nesse cenário de consolidação da educação profissional tecnológica, é propor um Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* com o perfil profissionalizante, que vá ao encontro dos objetivos desta Instituição. Por esse motivo, o IFPR tem trabalhado para construir uma proposta de MP em uma de suas áreas de prioridade, para ofertar um curso de qualidade, com vistas à qualificação profissional mais humana e menos mecânica.

No que diz respeito à avaliação da CAPES frente aos Mestrados Profissionais brasileiros, pode-se vislumbrar uma aposta nessa modalidade de curso de Pós-Graduação *Stricto sensu* como forma de contribuição ao desenvolvimento econômico e social da sociedade por meio de propostas interdisciplinares. O foco, diferentemente do Mestrado e Doutorado acadêmicos, seria nos beneficiários dos produtos finais advindos dos cursos de MP. Quer dizer, as pesquisas e

produções técnicas e científicas realizadas nos cursos de MP visam mais ao impacto econômico e social, em curto e médio prazos. Conforme Renato Ribeiro (2005), a avaliação do MP deve considerar os casos de aplicação de conhecimento científico ao ambiente profissional, para o qual essa modalidade de curso se volta. O corpo docente deve demonstrar produção em campos aplicados e de benefício mútuo, resultando em transformações significativas para a sociedade.

Considerando que o IFPR foi concebido, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com oferta de ensino nos diferentes níveis, para atender a um público marcado pelas diferenças socioeconômicas e excluído de contextos políticos e culturais bastante significativos para o desenvolvimento da sociedade brasileira, entende-se que é também seu compromisso proporcionar formação continuada na seara profissional. O MP do IFPR certamente contribuirá para a superação de problemas socioeconômicos nas suas regiões de abrangência.

Referências:

DUARTE, Newton. *Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?* Campinas: Autores Associados, 2003.

BRASIL. *Estatuto do Instituto Federal do Paraná*. Disponível em <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/07/estatuto.pdf> acesso em 19 de set. 2013.

BRASIL. *Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm Acesso em 19 de set. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior. *Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020*. Vol. I e II. Brasília – DF: CAPES, 2010.

RIBEIRO, Renato Janine. O Mestrado Profissional na Política Atual da Capes. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*. Vol. II. N. 4, 2005.

VASCONCELLOS, Celso. *O desafio da qualidade na educação*. Disponível em http://www.celsovasconcellos.com.br/Download/CSV-Desafio_da_Qualidade.pdf acesso em 10 de set. 2013.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. Argentina: Siglo Veintiuno Editores, 2003.